

Resenha da obra “Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho” de Ivar Oddone, Alessandra Re e Gianni Briante

Maria Elizabeth Antunes Lima¹

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

A publicação recente da obra de Ivar Oddone, Alessandra Re e Gianni Briante veio para preencher uma grande lacuna em nossas publicações. Embora os autores tenham divulgado, por meio dela, uma das práticas mais inovadoras na abordagem da relação trabalho-saúde, até agora, os interessados pelo tema não contavam com uma versão em português. Esse atraso considerável pode levar ao questionamento sobre as razões de se trazer para o Brasil um livro publicado, há várias décadas e em um contexto totalmente diferente daquele que vivemos atualmente. Ele seria fruto de uma experiência datada e que, portanto, teve importância à sua época, mas não atenderia mais a nenhuma de nossas necessidades atuais?

Palavras-chave: Oddone, Modelo operário, Psicologia do trabalho.

Book review of “Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho” by Ivar Oddone, Alessandra Re, and Gianni Briante

The recent publication of the book by Ivar Oddone, Alessandra Re and Gianni Briante has filled a major gap in our publications. Although the authors have disseminated one of the most innovative practices in the approach to the work-health relationship, until now, those interested in the subject have not had a Portuguese version. This considerable delay may lead us to question the reasons for bringing a book published several decades ago to Brazil, in a context that is totally different from the one we live in today. Is it the result of a dated experience that was important at the time, but no longer meets any of our current needs?

Keywords: Oddone, Worker’s model, Psychology of work.

¹ <https://orcid.org/0000-0002-6612-1644>

A publicação recente da obra de Ivar Oddone, Alessandra Re e Gianni Briante veio para preencher uma grande lacuna em nossas publicações. Embora os autores tenham divulgado, por meio dela, uma das práticas mais inovadoras na abordagem da relação trabalho-saúde, até agora, os interessados pelo tema não contavam com uma versão em português. Esse atraso considerável pode levar ao questionamento sobre as razões de se trazer para o Brasil um livro publicado há várias décadas e em um contexto totalmente diferente daquele que vivemos atualmente. Ele seria fruto de uma experiência datada e que, portanto, teve importância à sua época, mas não atenderia mais a nenhuma de nossas necessidades atuais?

A resposta é negativa, pois embora resulte de acontecimentos que remontam aos anos 1970, a proposta de Oddone e sua equipe preserva, em grande medida, sua atualidade. Logo nas primeiras páginas, os autores já revelam a originalidade do seu propósito que consiste em “reunir a experiência operária e a psicologia do trabalho”, definindo experiência como “(...) a aprendizagem de cada operário e dos grupos operários relativamente à solução dos problemas que o trabalho lhes coloca, de forma concreta, todos os dias no interior da fábrica” (Oddone, Re, & Briante, 2023, p. 23). Acrescentam, em seguida, que a psicologia tradicional rejeita tudo isso, impedindo o psicólogo de perceber o que realmente importa nas situações de trabalho:

Essa experiência é desconhecida pela psicologia do trabalho que opta por se dedicar ao homem médio, aos comportamentos de resposta considerados genericamente mais prováveis, ao desconforto psicológico determinado pelas condições de trabalho, e não sabe reconhecer como em geral se constrói na operatividade não apenas uma experiência de execução, mas um saber coletivo de organização das condições de trabalho (Oddone, Re, & Briante, 2023, p. 23).

A dificuldade apontada pelos teóricos italianos ainda está presente, em grande medida, entre os psicólogos que atuam nos contextos atuais de trabalho e este dado por si só já justifica a publicação de uma obra cujo propósito maior consiste em inovar esse campo de atuação e transformar suas práticas. Mas existem outras razões para concluir que sua tradução para o português se fazia necessária há bastante tempo e que sua ausência entre as publicações brasileiras representa uma dívida para com aqueles que se interessam por esse tema no nosso país. A maior delas se encontra no fato de que o método proposto ainda representa um avanço em relação ao que tem sido apresentado, nesse campo, durante todos esses anos que nos separam da experiência italiana.

Ao prefaciá-lo, recentemente, a segunda edição deste livro, na França, Yves Clot também se referiu a um possível questionamento sobre a razão de retomá-lo tantos anos depois, já que a primeira edição francesa remonta aos anos 1980. Segundo ele, a metodologia inédita, formalizada por Oddone e sua equipe na Itália do final dos anos 1970, deve ser retomada, pois não apenas modificou radicalmente nosso olhar para os problemas de saúde no trabalho, mas ainda se encontra à frente do que procuramos fazer na atualidade (Clot, 2021).

Na realidade, apesar de pouco acessível para o grande público brasileiro, a proposta de Oddone e sua equipe tem tido alguns impactos sobre nossas práticas há algum tempo. Em um artigo que resume bem essa questão, Muniz et al. (2013) apontam para a contribuição significativa do Modelo Operário Italiano (MOI) para o desenvolvimento do campo da saúde do trabalhador no nosso país, ao inspirar o debate relativo à produção de conhecimentos neste

domínio. Disso resultou uma série de inovações, tais como a criação de “comissões sindicais sobre saúde, programas municipais e regionais de Saúde do Trabalhador, entidades como o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), além da publicação de revistas, livros, jornais e panfletos” (p. 281).

O mapa de riscos é talvez a inovação mais conhecida entre nós. Trata-se de uma forma de “representação gráfica (...) dos riscos existentes nos locais do trabalho, a partir da ótica dos trabalhadores que nele atuam” (Moraes Jr., 2018, p. 273), sendo no caso brasileiro, elaborada pelos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Além de ter por objetivo diagnosticar os problemas de saúde e segurança, esse mapa representa um estímulo para que os trabalhadores participem das atividades de prevenção, possibilitando igualmente uma visualização rápida dos riscos existentes em determinado local de trabalho. É adotado aqui, desde os anos 1980, tornando-se obrigatório a partir de 1992 “para todas as empresas que tenham CIPA” (Moraes Jr., 2018, p. 723).

Os principais suportes do MOI, são a não-delegação, o grupo homogêneo, a experiência operária e a validação consensual. O princípio da não-delegação diz respeito ao fato de que os sujeitos que produzem o conhecimento sobre o local de trabalho são aqueles que ali atuam e não seus representantes. A base do processo é a forma pela qual os trabalhadores vivem sua experiência laboral, sendo o ponto de partida as observações que eles próprios fazem a respeito das condições de trabalho e dos seus efeitos na saúde. Um grupo homogêneo, ou seja, trabalhadores que compartilham as mesmas condições de trabalho e possuem laços orgânicos entre si, registram as observações que reconhecem como verdadeiras. O material coletado é organizado em quatro conjuntos de fatores de risco, sendo que os resultados deverão ser validados e refletir a experiência coletiva. Esse processo é associado a uma ação transformadora, pois espera-se que culmine na elaboração de uma lista de reivindicações e que seja traçada uma estratégia para alcançá-las por meio de um procedimento da validação consensual (Laurell & Noriega, 1989).

A proposta de Oddone e sua equipe consiste em uma mudança radical no nosso modo de construir os problemas que envolvem ações em situação de trabalho. Sua experiência revelou que, independentemente de qualquer intervenção feita por especialistas, os trabalhadores já intervêm sobre seu próprio trabalho, inclusive, por meio das críticas feitas à sua forma de organização. A experiência realizada por eles trouxe à luz dimensões subjetivas presentes no trabalho, deixando evidenciar que o trabalhador não é passivo, ao contrário, constrói uma psicologia não escrita por meio da sua atividade, sendo que tal psicologia deve ser explicitada (Clot, 1981). A técnica da instrução ao sócio resultou da busca de solução para esse problema, tornando-se um instrumento de grande relevância no campo da saúde do trabalhador, sobretudo, após sua releitura pelos franceses (Clot, 1981; Clot, 2010; Clot, 2021).

Outro legado dessa experiência consiste na qualificação do debate em torno da relação trabalho-saúde, já que uma de suas consequências foi o abandono pelos trabalhadores da posição de meros denunciadores das más condições laborais para se tornarem atores capazes de interferir nesses contextos, transformando-os em seu favor. Foi por esta razão que Clot (1981) anteviu a surpresa que ela provocaria entre seus pares, dizendo que os interessados pelo tema encontrariam na obra do grupo italiano algo completamente diferente do que caracterizava, até então, o estudo da classe operária na França. Além de abandonar o

denuncismo, essa experiência vinha do “interior do movimento operário sindical” e, ao romper com a linguagem da pesquisa acadêmica tradicional, traduzia a realidade “da vida operária militante sem renunciar ao rigor da pesquisa teórica” (Clot, 1981, p. 7).

Em artigo posterior, Clot (2010) apontou o legado de Ivar Oddone como um dos pilares da Clínica da Atividade, valorizando, sobretudo, o fato de que a experiência italiana se afasta da psicologia tradicional, para a qual propõe um novo desenvolvimento. Mas acrescentou que isso só ocorreu mediante o abandono, não apenas da mera denúncia dos problemas, mas também da monetarização dos riscos, sendo este o único caminho para tornar efetivo o *slogan* desenvolvido à época: “a saúde não está à venda” (Clot, 2010, p. 85). A Clínica da Atividade se desenvolveu, em grande medida, com base nesses aspectos, inspirando-se igualmente na superação da figura do *expert* permitida pelos dispositivos criados no âmbito da experiência italiana e, sobretudo, naquilo que considera sua aquisição maior: a constituição do coletivo de trabalhadores como o verdadeiro protagonista do processo de intervenção. Ocorre, assim, uma mudança radical de perspectiva, sendo que o “centro de gravidade da investigação psicológica” se desloca e passa “do diagnóstico à invenção de um quadro e de um dispositivo em que seja possível começar a pensar coletivamente o trabalho para reorganizá-lo” (Clot, 2010, p. 85). É neste ponto que se situa outro aspecto central dessa experiência: o tratamento que é oferecido ao tema da função psicológica do coletivo de trabalho, cuja base foi a descoberta de que os trabalhadores estão longe de ser apenas uma “reunião de indivíduos”, formando, na realidade, um “conjunto” que “elabora planos para resolver os problemas levantados pela organização do trabalho” (Clot, 2010, p. 88). Daí, resulta o reconhecimento de que “a atividade individual encontra seus recursos em uma história coletiva que detém, capitaliza, valida ou invalida as estratégias do comportamento” e, no caso do esgotamento desses recursos, a ação individual se desregula, reduzindo gravemente “a vida psicológica de trabalho” (Clot, 2010, p. 89).

Apesar de ser alvo de inúmeras manifestações de reconhecimento sobre sua relevância teórica e prática, algumas críticas importantes têm sido dirigidas à experiência italiana, sendo uma das mais relevantes aquela proposta por Laurell & Noriega (1989). Os autores admitem, de início, que o MOI se converteu “no principal sustentáculo da luta pela saúde” na Itália da década de 1970, tornando-se uma “extraordinária força do movimento operário italiano naqueles anos”, ao alcançar “uma mudança radical na correlação de forças no terreno da reivindicação” e abrir “um ciclo de luta social anticapitalista” (Laurell & Noriega, 1989, p. 83). Reconhecem igualmente que se trata de um método teoricamente inovador de produção de conhecimento para a ação operária, mas consideram que necessita ser examinado de perto quanto às suas possibilidades e limites.

O primeiro desses limites estaria na ambiguidade da concepção teórica sobre a relação trabalho/saúde subjacente ao método. De acordo com os autores, o entendimento do que é saúde, contido nos grupos de risco propostos por Oddone, “não se distingue da teorização que dela faz a medicina do trabalho e a ergonomia dominantes” (Laurell & Noriega, 1989, p. 90). Tal ambiguidade teria por consequência a dependência que o conteúdo concreto dos diferentes estudos, baseados nesse modelo, parece ter em relação às condições políticas nas quais foram realizados. Disso resultaria uma grande variabilidade na análise da realidade e, conseqüentemente, nos resultados alcançados, indicando que a conjuntura política concreta expressa, em última instância, “o caráter de instrumento operário do Modelo, na confrontação de classe” (Laurell & Noriega, 1989, p. 89). Para ilustrar essa questão, citam as diferenças entre

os estudos realizados na primeira e na segunda fases do uso do MOI. Aqueles realizados na fase ascendente das lutas operárias italianas de 1969 a 1975, baseavam-se em uma visão globalizante, partiam de uma análise complexa da realidade industrial e expressavam, no terreno da saúde, “o que estava colocado na luta contra a organização capitalista do trabalho”, em uma correlação de forças que permitia “abordar não só as reivindicações imediatas, mas também um questionamento global da sociedade capitalista” (Laurell & Noriega, 1989, p. 89). Eles repousavam “na ação dos operários de base da grande indústria” e buscavam impedir a monetização da doença, até então prevalente, mas revelando, ao mesmo tempo, “uma redefinição qualitativa da saúde expressa na lógica mercantil da venda da força de trabalho” (Laurell & Noriega, 1989, p. 90). A exigência já não é mais que se pague “os efeitos destruidores do trabalho, mas que o trabalho se organize para ser uma atividade criadora e não destruidora” (Laurell & Noriega, 1989, p. 90). Já os estudos que ocorreram na segunda metade dos anos 1970, refletiriam uma época em que o conflito estava institucionalizado e, portanto, a mobilização das massas encontrava-se reduzida. Observa-se, segundo os autores, uma redução da abordagem global da problemática em favor do diagnóstico de fatores de risco e doenças específicas. As condições de trabalho passaram a ser mais focalizadas, enquanto a organização do trabalho foi praticamente deixada de lado. Para eles, o MOI, assim usado, converte-se, em termos práticos, “num método ambientalista, cujo conteúdo não se distingue dos paradigmas científicos dominantes”, sendo que tal diferença pode ser explicada pela subordinação dos estudos a uma “lógica de negociação sindical conveniente” e pela “mudança na correlação de forças, na raiz da contraofensiva do capital, usando como alavanca a reconversão industrial” (Laurell & Noriega, 1989, p. 90). Assim, ainda que os sindicatos preservem certo controle e capacidade de intervenção, ocorre uma diluição do princípio da não-delegação da saúde, que é a pedra angular do método.

Outro limite do MOI, de acordo com os autores, estaria no estabelecimento de um “vínculo imediato entre conhecer e transformar”, comprometendo seu caráter científico e acarretando uma série de problemas relativos ao processo de produção de conhecimento e à relação entre teoria e prática (Laurell & Noriega, 1989, p. 88). Dois pressupostos contidos no método estariam na origem desse comprometimento: a suposição implícita de que a experiência do grupo homogêneo expressa de maneira imediata e sem mediação a experiência de classe, dando a ideia de uma “equivalência direta entre o geral e o particular, ou alternativamente do geral como soma de situações particulares”; e a suposição de que “o vivido é o real, isto é, que a experiência é imediatamente reveladora da essência da realidade, concepção empirista que novamente elimina a teoria como um momento necessário no processo da produção de conhecimento” (Laurell & Noriega, 1989, p. 88). Não haveria no método, portanto, uma diferenciação entre teoria e prática, o que coloca em dúvida se houve a produção de um novo conhecimento ou apenas ocorreu uma compreensão inovadora da realidade, ao se ampliar um mapa já conhecido por uma via diferente da utilizada anteriormente. Ou seja, por seu intermédio teria ocorrido um novo entendimento de situações concretas, mas isso “não chega a cristalizar-se numa proposta generalizável”, ocorrendo “uma ausência notável de momentos de teorização e síntese, que permitiriam extrair dos estudos específicos aquilo que têm de geral” (Laurell & Noriega, 1989, p. 93).

Tais ressalvas não impedem seus autores de concluírem que a experiência italiana possui méritos importantes, como o fato de ter permitido que a realidade fabril se tornasse mais conhecida. Além disso, possibilitou que os trabalhadores refutassem a versão patronal sobre os riscos presentes nos locais de trabalho, exercendo um controle de qualidade a respeito das medidas e ações relativas à sua saúde. Ou seja, “puderam forçar a atualização e aplicação do conhecimento existente às situações concretas e acabar com o uso enganoso, parcial e atrasado do conhecimento profissional neste campo” (Laurell & Noriega, 1989, p. 93). Percebem também boas possibilidades de teorização a partir dos estudos realizados com esse modelo, especialmente, os da primeira fase, que conteriam elementos passíveis de sistematização e generalização. Mas advertem que, na ausência desse esforço, seu uso poderá fortalecer a “opção ambientalista”, correndo sério risco de “voltar a delegar a saúde dos operários aos técnicos, e relegá-la a um lugar secundário dentre as prioridades sindicais” (Laurell & Noriega, 1989, p. 94).

Finalmente, cabe refletir sobre as formas de incorporação desse método. Naturalmente, mesmo aqueles que percebem seus inegáveis méritos não se propõem a incorporá-lo tal qual foi desenvolvido na Itália. Trata-se, isto sim, de verificar o potencial que apresenta no sentido de fomentar ações coletivas de defesa da saúde na contemporaneidade, criando formas de mobilização ou fortalecendo aquelas que já estão em curso. Um mal-entendido frequente nesse tipo de publicação consiste na ideia de que está sendo proposta a importação de um modelo. Na realidade, trata-se, como disse Clot (1981), de se colocar na “perspectiva de um esforço de confrontação aprofundada”, isto é, de tentar “ultrapassar tanto as trocas protocolares quanto os modos passageiros” de se estabelecer uma interlocução, pois é importante entender que esse confronto de experiências, possui um “tempo próprio e não pode realmente se acomodar na ilusão das receitas” (p. 10). Assim, é essencial que seja desenvolvida uma metodologia própria para intervir nos locais de trabalho, mas sem se deixar de reconhecer que a experiência italiana permanece como uma fonte de inspiração.

Sabe-se que a conjunção de fatores (sociais, políticos e econômicos) que permitiu a emergência do MOI jamais se reproduzirá, nem mesmo no próprio país que lhe deu origem. Desde seu primeiro prefácio a essa obra, Clot (1981) já se referia às dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical italiano nos seus esforços para dar continuidade a essa experiência operária. Ele extraiu daí uma importante lição: a necessidade de se utilizar essa troca de experiências apenas como base para o desenvolvimento de instrumentos próprios. Posteriormente, ampliou essa questão ao dizer que a conjuntura atual não oferece as mesmas possibilidades da época em que se constituíram, na Itália, as “comunidades científicas ampliadas”, ocorrendo “uma perda considerável das capacidades de iniciativa que são necessárias para o sucesso desse gênero de experiências sociais e científicas” (Clot, 2010, p. 87). Mas concluiu que, ainda assim, o legado desse período não perdeu sua força, já que “os problemas que essa construção social procurava enfrentar não desapareceram”, sendo que cada vez mais nos deparamos com a “questão do lugar dos trabalhadores na produção do conhecimento sobre seu trabalho” (Clot, 2010, p. 87). Espera-se que esta publicação traga boas respostas para esta e outras dificuldades, ao estimular novas formas de desenvolvimento para o psicólogo ou, nos termos dos seus autores, um modo diferente de “fazer ciência” do qual possa “brotar uma nova psicologia do trabalho” (Oddone et al., 2023, p. 298).

Referências

- Clot, Y. (1981). *Présentation. Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Méssidor/Éditions Sociales.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. FabreFactum.
- Clot, Y. (2021). De Elton Mayo a Ivar Oddone: redescobrir a instrução ao sócia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 24 (1), 135-151.
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. Hucitec.
- Moraes Jr, C. P. (2018). Mapa de Riscos. In R. Mendes (Org.), *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura*. Proteção Publicações Ltda.
- Muniz, H. P., Brito, J., Souza, K. R., Athayde, M., & Lacomblez, M. (2013). Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38 (128), 280-291.

Endereço para correspondência:

antuneslima15@gmail.com

Recebido em: 28/06/2023

Aprovado em: 03/08/2023

